

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA PARTICIPATIVO DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA PELOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO OCS CERRO DOS MUNHOZ EM SANTANA DO LIVRAMENTO (RS)

Implementation of a participatory system of organic certification by the seats of the agrarian reform: the case of social organization (ocs) of cerro dos munhoz in santana do livramento (rs)

Juliana Gomes Moreira,
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
julianagm26@outlook.com

Cláudio Becker,
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
claudio-becker@uergs.edu.br

Resumo

No Brasil existem inúmeras iniciativas de produção orgânica, sendo a agricultura família, a grande responsável por tal produção. A certificação dessa produção possui regulamentos específicos, os quais admitem a certificação pelo processo de controle social (OCS). Esse sistema é uma forma pela qual quem dá a garantia de qualidade dos produtos é o produtor acompanhado de perto pela sociedade. Assim sendo, esse estudo teve como objetivo geral analisar as condicionantes para a implementação de um sistema participativo de certificação por parte de um grupo de assentados rurais de Santana do Livramento (RS). A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, na qual os dados foram obtidos por meio de uma pesquisa exploratória, que contemplou um estudo de caso no Assentamento rural Cerro dos Munhoz. Foram realizadas entrevistas com informantes-chaves e com sete agricultores dispostos a integrar essa iniciativa. Os resultados da pesquisa demonstraram que um dos principais desafios identificados é a manutenção da produção orgânica diante da monocultura da soja com aplicação constante de agrotóxicos nos arredores dos lotes. Dentre as possibilidades identificadas ressalta-se a produção orgânica já praticada pelos assentados e a confiança depositada nos mediadores sociais envolvidos.

Palavras-chave: Certificação participativa, assentamentos rurais, produção orgânica, desenvolvimento territorial.

Abstract

In Brazil, there are numerous initiatives, with family farming being largely responsible for such production. The certification of this production has specific regulations, which admits certification by the process of social control (OCS). This system is a way in which the one who gives the guarantee of quality of the products is the producer closely watched by the society. Therefore, this study aims to analyze the constraints for the implementation of a participatory certification system by a group of rural settlers from Santana do Livramento (RS). The methodology used was of qualitative character, in which the data were obtained through an exploratory research, which contemplated a case study in the Cerro dos Munhoz Rural Settlement. Interviews were conducted with key informants and with seven farmers willing to join this initiative. The research results demonstrated that one of the main challenges identified is the maintenance of organic production in the face of soy monoculture with constant application of agrochemicals in the vicinity of the lots. Among the possibilities identified is the organic production already practiced by the settlers and the trust deposited in the social mediators involve.

Keywords: Participatory certification, rural settlements, organic production, territorial development.

INTRODUÇÃO

O modelo agroquímico de produção agropecuária, originado do período Pós Segunda Guerra Mundial (hegemônico até os dias atuais), provocou e tem provocado inúmeras consequências sociais e econômicas negativas a toda a população e ao meio ambiente. Entrementes, os efeitos desse padrão dominante vêm provocando uma reação de diversos segmentos sociais, os quais buscam alternativas a esse processo.

A produção orgânica de alimentos é, precisamente, uma das expressões desses contra movimentos. Segundo Caldas (2001), mundialmente esse sistema produtivo tem obtido índices anuais de crescimento na ordem de trinta por cento. O mercado desses alimentos tem se convertido em um segmento deveras promissor ao passo que conquista periodicamente novos adeptos, tanto por questões relacionadas à saúde como por razões de manutenção dos agroecossistemas e da vida.

No Brasil, existem inúmeras iniciativas de produção de base agroecológica¹. Segundo dados do Censo Agropecuário (2006) a agricultura familiar é a grande responsável por tal produção. O processo de regularização da produção orgânica em nosso país obedece a um regramento próprio expresso na Lei 10.831/2003. Essa legislação e suas resoluções posteriores conformam o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg).

Segundo esse sistema admitem-se três formas de certificação, as quais: certificação por auditoria, organismos participativos de avaliação da conformidade (OPAC) e, o Organismo de Controle Social (OCS). Esse último é uma forma pela qual quem dá a garantia de qualidade dos produtos é o agricultor, acompanhado de perto pela sociedade e o grupo, associação, cooperativa ou consórcio. O OCS precisa estar previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

No Rio Grande do Sul em 2016 (quadro 1) existem quatorze Organismos de Controle Social, sendo uma dessas iniciativas desenvolvida no município de Santana do Livramento por agricultores familiares assistidos pelo escritório municipal da Emater. A OCS Agroecologia, Pampa, Terra e Fronteira foi constituída em 2015 por oito famílias de agricultores, tendo como apoiadores a própria Emater, a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e um grupo de consumidores.

Quadro 1 – Relação dos Organismos de Controle Social existentes no Rio Grande do Sul em 2016, segundo seu município sede, ano de instituição e número de agricultores que os integram.

Nome do OCS	Município Sede	Ano de instituição	Número de agricultores
Porto Alegre-Viamão	Porto Alegre-Viamão	2011	11
Cooperativa Sul Ecológica	Pelotas	2011	55
Ferrabraz	Sapiranga	2011	10
COCEARGS	Eldorado do Sul	2012	229
ARPA-Sul	Pelotas	2013	8
Rio Grande	Rio Grande	2015	8

¹ Reconhecemos as distinções quanto aos termos ‘orgânico’ e ‘agroecológico’, que inclusive exploramos durante as entrevistas. Entretanto, ressaltamos que no artigo fazemos uso das expressões como sinônimas, sobretudo como um recurso que auxilia na redação textual.

ASPEDD	São José do Sul	2015	7
ECONORTE	São José do Norte	2015	6
Mais Sabor Orgânico	Torres	2015	4
Pampa, Terra e Fronteira	Santana do Livramento	2015	8
APROBECO	Piratini	2016	12
APPI	Terra de Areia	2016	5
Defensores da Natureza	Arroio do Meio	2016	7
Cerro Verde	Cerro Grande do Sul	2016	8

Fonte: MAPA (2016).

De outra parte, verifica-se no município um número expressivo de assentamentos rurais (cerca de mil famílias), os quais produzem uma gama diversa de alimentos, muitos dos quais obtidos em sistemas orgânicos de produção, entretanto sem o devido reconhecimento oficial. A implantação de um processo de consideração dessa produção tem se convertido em uma demanda de alguns mediadores sociais e de famílias que trabalham segundo os princípios da produção orgânica.

Dessa forma, esse estudo teve como objetivo geral analisar as condicionantes para a implementação de um sistema participativo de certificação por parte de um grupo de assentados rurais do Cerro do Munhoz em Santana do Livramento (RS).

O artigo está estruturado em cinco seções. Além da seção introdutória, temos na sequência a apresentação do contexto empírico e das questões atinentes ao processo de certificação da produção orgânica. A terceira parte está dedicada aos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. À continuação apresentam-se e discutem-se os principais resultados obtidos. Na quinta e última seção são trazidas as considerações finais do artigo.

O CONTEXTO ESTUDADO

Esta seção está dedicada à apresentação do contexto empírico no qual ocorreu a pesquisa. Ademais, as subseções trazem elementos do processo de certificação da produção orgânica.

Formação das grandes propriedades e dos assentamentos rurais em Santana do Livramento

O município de Santana do Livramento (RS) integra o Bioma Pampa. O Pampa é um ecossistema natural de fauna e flora altamente diversificado, que se expande pelas amplas regiões da Argentina, do Uruguai e do Brasil, os quais têm sido a principal fonte forrageira para a pecuária e apresentam alto potencial turístico. No Brasil, os campos sulinos só existem no Rio Grande do Sul e ocupam 63% do território do estado (SUETERGARAY; SILVA, 2009).

De forma geral Chelotti (2009) a formação do espaço agrário gaúcho se estruturou sob duas formas de organização espacial e racionalidades distintas no que se refere aos sistemas de exploração da terra na estância a criação de gado é preponderante e na colônia predomina a policultura, ambas associadas diferentes ecossistemas, sendo de campo ao sul e florestas ao norte.

De acordo com Maestrini (2009) em 1927, no primeiro ensaio de explicação sociológica sistemática da formação social sulina da ótica do latifúndio, Jorge Salis Goulart definia que, na estância, “célula social” daquela sociedade, não ocorria dominação econômica, pois o “meio físico e o trabalho pastoril imposto pela natureza do solo” irmanavam “patrões e empregados”. A atividade pastoril latifundiário-mercantil assentou-se sobre baixo nível tecnológico e excepcionais condições de procriação natural dos rebanhos. A maior parte da renda do fazendeiro não nascia da extração de sobretrabalho dos poucos trabalhadores, mas da apropriação de parte do trabalho excedente produzido em outras esferas sociais. A renda da economia pastoril era essencialmente uma renda fundiária, produzida devido ao monopólio da terra. Não há sentido em definir como camponeses a criadores ou agricultores, proprietários de algumas centenas de hectares, percebendo já renda proveniente da propriedade da terra, ainda que não substancial (MAESTRINI, 2009).

Os atores sociais envolvidos no sistema agrário atual de Santana do Livramento têm concepções diferentes sobre a terra. De acordo com Chelotti (2009) os latifundiários e a burguesia rural consideram a terra como uma fonte de poder e a utilizam como meio especulativo, esses constituem a oligarquia agrária. O empresariado rural ou “granjeiro” e o semi-empresariado ou “colonos fortes”, consideram a terra uma fonte de riqueza, espaço de geração de lucros e acumulação, que depende da exploração de trabalho assalariado combinado à intensificação da tecnologia e à especulação sobre preços dos produtos e da terra.

Os colonos minifundiários consideram a terra um espaço de trabalho necessário para a produção social e de realização da cidadania (CHELOTTI, 2009). O autor afirma que os assalariados permanentes e assalariados temporários consideram a terra um espaço de trabalho que carrega consigo a subjugação do trabalhador pela necessidade de renda de seu trabalho. Esta concepção é resultante da proletarização de parte da força de trabalho no meio rural.

Cabe frisar que Santana do Livramento é o município gaúcho com o maior número de Assentamentos Rurais. São trinta Assentamentos, totalizando cerca de mil famílias assentadas. Associamos esse fato à espécie de “enclave” (ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2008, p.5), da agricultura familiar em meio a uma região em que sempre se impôs a forma patronal de produção como força politicamente hegemônica.

Essa caracterização dos atores inseridos no espaço agrário de Santana do Livramento é importante para explicar a dicotomia nas práticas agrícolas adotadas pelos assentados da reforma agrária, bem como um elemento a ser considerado para a implantação de um processo de regularização da produção orgânica.

Agricultura familiar e alimentos orgânicos

Sabe-se que em Santana do Livramento ainda que haja uma expressiva produção de frutas e hortaliças cultivadas de modo convencional e orgânico nos assentamentos rurais da reforma agrária, pelo menos 80% dos alimentos *in natura* que chegam ao comércio do município vem da CEASA, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, viajando 500km até chegar á cidade que, teoricamente, poderia ser abastecida pela produção local (AGUIAR, 2011). Pesquisas recentes têm apontado para um alto índice de contaminação das hortaliças e frutas comercializadas por meio dessa central de abastecimento. Dados recentes demonstraram que uma grande parcela das hortaliças e frutas comercializadas pela Central de

Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA) possui agrotóxicos acima do nível tolerável, inadequadas para determinadas culturas ou proibidas no Brasil (ZERO HORA, 2016). Essa realidade tem feito com que a população cada vez mais busque os alimentos livres de substâncias tóxicas: os orgânicos.

De acordo com Caldas (2011) a produção orgânica ou ecológica está mais presente a cada dia no cotidiano das sociedades contemporâneas, tanto no contexto dos países capitalistas centrais quanto dos países em desenvolvimento, sendo para suprir os mercados locais, seja para atender a crescente demanda internacional.

O mercado brasileiro está crescendo a taxas invejáveis que passam de 20% ao ano, conforme registros do projeto *Organics* do Brasil. O índice foi de 25% em 2015 e em 2016 deve passar de 30%. O mercado de orgânicos movimentou o equivalente a R\$ 350 bilhões no mundo e R\$ 2,5 bilhões no país (0,71%) perto de US\$ 80 bilhões e US\$ 600 milhões, respectivamente. A *Organics Brasil* estima um crescimento de 30% a 35% do faturamento brasileiro em 2016, assim ultrapassando a marca de R\$ 3 bilhões neste ano- um terço referente às exportações (*Organicsnet*, 2016).

Embora o cenário brasileiro esteja em expansão e seja bastante promissor de acordo com as pesquisas, ainda há bastante desinformação sobre a produção de produtos orgânicos no Brasil, principalmente por parte dos provedores desse modelo de produção, os agricultores, e conseqüentemente a falta de interesse em migrar para uma produção ecológica. Não obstante, outros atores envolvidos nesse mercado não têm informações suficientes para aderi-lo bem como fomentá-lo.

Os principais entraves, de modo geral, identificados por Coelho (2010) para uma maior adesão e implementação da agricultura orgânica são: o posicionamento omissivo da opinião pública quanto aos males da agricultura química; a manutenção do monopólio das grandes empresas agrícolas; a falta de acesso a créditos rurais e assistência técnica na transição e manutenção dos sistemas agrícolas orgânicos; a dependência dos produtores à indústria da certificação; os gastos energéticos com transporte e embalagens que, além de gerarem lixo, deveriam ser mais esclarecedoras e o comportamento dos consumidores que, na busca apenas por saúde, não serão capazes de exercer uma maior pressão na indústria alimentícia a adotar práticas sustentáveis (COELHO, 2010, p.32).

No caso específico do município de Santana do Livramento, os entraves que foram relatados pelos assentados para a produção orgânica em média ou grande escala foram que essa exige: mais força de trabalho; tempo; assistência técnica; melhoramento nas condições do solo; descontaminação do solo e a união de todos os assentados que rodeiam as áreas de transição, já que as aplicações de químicos em lavouras convencionais contaminam grandes áreas não só as plantadas (MOREIRA, 2015).

Além do supracitado o aumento significativo da plantação de soja nos assentamentos rurais de Santana do Livramento, estimulada por uma forte rede de fornecimento de insumos, assistência técnica e que garante compra da produção do agricultor, trazendo uma pretensa segurança financeira para os agricultores que já vivem com muitas dificuldades em seus lotes. Essa realidade também contribui para uma transformação socioprodutiva na qual a produção de alimentos perde diversidade.

Os processos de certificação existentes no Brasil

Em contrapartida a produção convencional, a produção orgânica, sem o uso dos pacotes tecnológicos vem crescendo vertiginosamente, recorrendo aos aprendizados dos antepassados dos próprios agricultores e trazendo uma nova cultura de produção, a chamada agricultura ecológica.

Agricultores ecológicos não apenas produzem de maneira diferente de agricultores convencionais, eles constituem também outras formas de entendimento sobre a natureza e os cultivos. Além disso, suas práticas os conduzem a diferentes justificativas e conceituações de seu trabalho (RADOMSKY, 2010, p. 97).

Nesse contexto, a produção agrícola expande o conceito de “negócio”, e passa a ser revista holisticamente como um saber produtivo, um modo de vida. Para Radomsky (2010), a agricultura é mais que uma forma de produção de alimentos, portanto somente o conjunto de procedimentos de trabalho não são suficientes para o andamento de suas atividades, sendo também necessário que se siga os princípios de solidariedade. Nesta visão, a agroecologia não é uma técnica, apesar de se utilizar de técnicas particulares para otimização do trabalho do agricultor, ela é uma “opção de vida”.

Ainda de acordo com o autor supracitado, a ruptura com a produção “modernizada” (isto é: com uso de aditivos químicos, pesticidas e maquinário) em direção às técnicas contemporâneas de aproveitamento ecológico e ao mesmo tempo um tipo de retorno à agricultura que praticavam os pais e avós, é o resultado da relação passado-presente vinculada a agroecologia, porém a agricultura antiga, evidentemente, não recebia o nome de ecológica (RADOMSKY, 2010).

De acordo com Medeiros *et al.* (2000), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, traz através da instrução normativa n° 007, de maio de 1999 a seguinte definição para a produção orgânica:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e sócio- econômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais e a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados-OMG/transgênicos, ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e transformação. (MEDEIROS *et al.*, 2000, p. 7).

Nesse sentido, Medeiros *et al.* (2000), atentam para a necessidade de se observar que um sistema orgânico de produção não é obtido apenas com a troca de insumos químicos por insumos orgânicos/biológicos/ecológicos. Assim, essa produção, requer também um compromisso do setor produtivo em contemplar a qualidade de vida do homem, o desenvolvimento econômico, a proteção do meio ambiente, a manutenção da biodiversidade e o uso eficiente dos recursos naturais não renováveis.

No Brasil, a produção e a comercialização dos produtos orgânicos foram regulamentadas pela Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, porém, sua entrada em vigor ocorreu apenas em 27 de dezembro de 2007, com a publicação do decreto N° 6.323 contendo as formas pelas quais os produtos orgânicos podem ser certificados.



Figura 1 - Fluxograma dos mecanismos de avaliação da conformidade da produção orgânica no Brasil.
 Fonte: Adaptado de Caldas (2011).

No que tange à regularização da certificação da produção orgânica, um resumo desse processo pode ser observado na Figura 1. Conforme é possível observar, a regularização da produção orgânica admite três possibilidades: i) Certificadoras (empresas credenciadas no MAPA); ii) OPAC, devidamente constituídos juridicamente e amparados nos princípios da certificação participativa e, iii) OCS, grupo de agricultores formalizado perante ao MAPA.

Diante do exposto sobre as formas de certificação de produtos orgânicos no Brasil, a seguir, aprofundaremos a discussão sobre o modo de Certificação de Garantia Solidária ou Certificação Participativa, modelo esse que analisamos nesse estudo.

Os Organismos de Controle Social (OCS)

No Brasil, até o ano de 2003, por não existir legislação específica para os sistemas orgânicos de produção, os alimentos até então cultivados careciam de qualquer atestado de garantia. A simples relação de proximidade entre produtores e consumidores era a garantia necessária para atestar a qualidade orgânica destes alimentos quando comercializados no mercado nacional. Com o tempo, as normas internacionais atravessaram as fronteiras brasileiras e chegaram, finalmente, à agenda da política nacional (CALDAS, 2011).

Um importante instrumento de política pública, os sistemas participativos de avaliação de conformidade da produção orgânica brasileiros propiciam novos horizontes ao universo dos agricultores familiares, sendo capazes de imprimir uma nova dinâmica de desenvolvimento local, alicerçada, no que poderia ser denominado de “institucionalização da confiança” (BECKER; ANDERSSON; MEDEIROS, 2013, p.20).

De acordo com o trabalho FAO/INCRA (2000), a agricultura familiar é apresentada como aquelas unidades de produção que tenham as seguintes características: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade

dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Os sistemas participativos de garantia são mecanismos segundo os quais os próprios envolvidos no processo produtivo (inclusive os consumidores) elaboram normas e regulamentos próprios, visando atestar a origem e a adequação dos alimentos por eles produzidos, segundo os regulamentos da produção orgânica.

Nessa forma de regularização, quem dá a garantia da qualidade orgânica é o produtor, acompanhado de perto pela sociedade. Ainda que o número de produtores ligados a uma OCS seja reduzido, se o controle da sociedade é exercido e registrado, ela cumpre sua finalidade. A garantia se baseia na relação de confiança entre quem vende e quem compra. Os produtores devem permitir que seus consumidores visitem sua propriedade, para que possam verificar o que é produzido e de que forma. Também permitem a entrada dos órgãos de fiscalização, sempre que preciso (BRASIL, 2016).

Conceituado e descrito brevemente como se dá o processo de certificação de produtos orgânicos através de um Organismo Social Participativo, como mencionado anteriormente, a pesquisa foi realizada com o intuito de analisar se esse é um meio eficaz de certificação para um modo de produção nos assentamentos rurais de Santana do Livramento e conseqüentemente o desenvolvimento humano e local. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida conforme o percurso metodológico a seguir apresentado.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa foi realizado um estudo de caso com os agricultores familiares e instituições envolvidas no processo de constituição de um Organismo de Controle Social entre agricultores familiares assentados do assentamento Cerro dos Munhoz em Santana do Livramento (RS). A técnica de coleta de dados para alcançar os objetivos traçados foi a entrevista com questionário semiestruturado, realizada com integrantes da extensão rural (dois), que prestam assistência técnica aos assentados, com membros da Uergs (dois), instituição que também tem atuado em atividades de extensão com tal propósito e com sete agricultores que possuem produção orgânica e estão interessados na constituição do OCS. A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de junho a outubro de 2016.

Valemo-nos inicialmente de uma observação participante, que é uma técnica de investigação social em que o pesquisador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade. Essa técnica possibilita graus diversos de integração no grupo observado e de sistematização dos procedimentos de coleta de dados, de acordo com os objetivos que o pesquisador estabeleça para o estudo (ANGUERA, 1985).

Efetivamente, tratou-se de um estudo de caso, que conforme Gil (2002) consiste em uma análise profunda de um ou poucos objetivos, de modo que permita seu amplo e detalhado conhecimento. O estudo de caso tem diferentes propósitos, tais como: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) preservar o caráter unitário do objeto estudado; c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a

utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2002, p. 54). De modo geral, seus resultados são apresentados em aberto, ou seja, na condição de hipóteses e não de conclusões.

Quanto à abordagem da pesquisa o estudo foi definido como qualitativo, já que essa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. e empenha-se em trazer aspectos da realidade que não podem ser quantificados, concentrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (CÓRDOVA; SILVEIRA, 2009). Ainda de acordo com esses autores, na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de sua pesquisa.

A técnica de análise dos dados se deu através de análise de conteúdo na modalidade análise temática. Segundo Córdova; Silveira (2009) a análise de conteúdo se inicia pela leitura das falas, realizadas por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos e a análise temática está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto e comporta um feixe de determinado assunto, que no caso deste estudo será relacionado com o referencial teórico.

Participamos de quatro atividades coletivas, tanto com o enfoque direto na certificação de orgânicos, como de desenvolvimento de estratégias e estabelecimento de novos canais de comercialização desses produtos. Nesses encontros observamos alguns elementos importantes para avaliar as reais condições para a implantação do OCS.

Esse foi, em síntese, o itinerário metodológico seguido para se alcançar os objetivos propostos, cujos principais resultados são apresentados à continuação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção sistematizamos as principais informações obtidas por meio do trabalho de campo e analisadas conforme os propósitos da pesquisa. Os tópicos utilizados para a apresentação desses dados contemplam tanto questões gerais acerca dos mediadores sociais envolvidos, bem como as opiniões dos próprios assentados em relação ao processo de produção orgânica e de implantação de um Organismo de Controle Social entre eles.

O Organismo de Controle Social (OCS) e suas possibilidades

Em um primeiro momento, participamos de uma reunião coletiva promovida pela Escola Antônio Conselheiro, localizada nas imediações do Assentamento Cerro dos Munhoz, que busca desenvolver e consolidar entre os agricultores familiares assentados a produção agroecológica. A reunião promovida pela escola permitiu uma visão representativa de várias partes desse processo, agricultores, cooperativa, técnicos e universidade. Nessa reunião estiveram presentes dez agricultores, um membro da área social da Coptec e um membro da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. De forma participativa, foram estabelecidas algumas pautas para o processo de implementação da OCS entre os assentados daquela comunidade.

Na percepção dos agricultores, as discussões para a efetivação de um OCS, tem que ser iniciadas desde a base produtiva, com a avaliação das sementes, dos adubos e insumos naturais a serem usados nas

culturas. Os agricultores sugeriram que houvesse mais acompanhamento técnico durante o processo produtivo. Também expuseram que é necessário constituir uma parceria com a Coperforte, que é a cooperativa dos assentados que atua há alguns anos na produção leiteira e na comercialização de parte da produção dos agricultores familiares assentados. No encontro, alguns agricultores citaram experiências de municípios de outras regiões do estado, onde as feiras de agricultura familiar são muito bem conceituadas dentre os consumidores e tem o apoio dos gestores municipais.

De acordo com o técnico da Coptec presente no encontro a maior dificuldade da instituição é o número de técnicos insuficiente para acompanhar os agricultores familiares. Porém, ressalta que a instituição se disponibiliza a suprir as necessidades de informações e técnicas sobre a produção orgânica.

O representante da Uergs manifestou seu interesse em apoiar essa iniciativa e fornecer informações sobre os procedimentos a serem adotados para a formalização do OCS. De outra parte, também comentou das possibilidades de comercialização da produção orgânica em novos canais, como por exemplo, a Feira Permanente da Agricultura Familiar (a ser efetivada pelo poder público local) e a constituição de um grupo de consumidores dispostos a adquirir cestas de alimentos agroecológicos.

Em linhas gerais, pode-se observar nesses dois momentos que o processo de constituição de um Organismo de Controle Social demanda um elevado grau de envolvimento e comprometimento de diversos sujeitos e mediadores sociais. Essa amplitude contempla igualmente questões de caráter técnico, organizativo, sociocultural, ambiental, etc. Entretanto, um agente é fundamental, qual seja: o agricultor. Portanto, na sequência veremos como esses sujeitos percebem esse processo.

O OCS e a percepção dos agricultores familiares assentados

As entrevistas com as famílias assentadas foram realizadas durante o mês de outubro de 2016. De uma listagem fornecida pelos professores da Escola Antônio Conselheiro, foram selecionadas e entrevistadas sete famílias interessadas em fazer parte de um Organismo de Controle Social. Os nomes dados aos entrevistados são fictícios.

As questões iniciais abordadas na pesquisa permitiram a caracterização da produção realizada nas sete propriedades pesquisadas.

Os principais cultivos identificados para subsistência são a fruticultura e as hortaliças. A produção de leite e gado de corte são as principais fontes de renda dos agricultores.

Os pomares existentes nas propriedades são cultivados em sua maioria sem a adição de insumos químicos e essa produção é destinada para o auto consumo e apenas o excedente é vendido. Entretanto, os cultivos destinados à comercialização são produzidos, em sua maioria, com aditivos químicos, bem como as pastagens destinadas ao gado leiteiro e de corte.

O pomar nunca viu veneno, só se poda e se aduba com o que sai da mangueira e quando necessário se aplica a calda bordalesa. Fazemos parte do projeto Quintais da Embrapa. Demais produção de leite e miudezas como mandioca, batata e silagem. A venda é de casa em casa, geralmente sob encomenda e na feira, muitas vezes trocamos com os vizinhos e vendemos para a merenda da escola as frutas e o milho. (D. Eloísa e S. José).

As principais fontes de renda dos agricultores são a produção de leite e a comercialização de gado de corte.

A gente tem gado de corte junto com o gado de leite. Eu trabalho com trator particular fora da propriedade durante a semana. Pomar para subsistência com pera, laranja, maçã, uva, bergamota. Pomar apenas com poda, que é espalhado para evitar as doenças. Também tem horta com abóbora, mandioca entre outras variedades. Tem mel também. (S. Vitor).

Posteriormente à identificação de que quase todos os agricultores produzem de forma mista em suas propriedades (orgânica e convencional) foi abordada uma questão para saber se era e como era feita a separação dos modos de produção nas propriedades. As respostas foram bem diversificadas. D. Eloísa e S. José utilizam árvores nativas para separar a produção orgânica da plantação convencional de milho. D. Rose e S. Pedro cultivam a horta e o pomar mais próximo à residência e a plantação convencional mais afastada. D. Maria e S. João não fazem a separação dos cultivos.

Com a caracterização da produção foi possível identificar quais os tipos de produção adotados pelos agricultores assentados, que em sua maioria produzem de forma mista, agricultura convencional, para comercialização e orgânica, para subsistência da família.

Questionados sobre os fatores que levam aos agricultores a produzir de forma orgânica, os entrevistados afirmam que produzem organicamente por preocupação com a própria saúde e a do consumidor. Entretanto o entrevistado S. João conta que não tinha costume de fazer uso dos pacotes tecnológicos, mas que ao longo do tempo a produção começou a “abixar”, se referindo as pragas presentes em algumas lavouras orgânicas. Indagados quanto aos conhecimentos da produção e certificação orgânica e agroecológica as respostas demonstraram que estes ainda são temas que carecem de um maior esclarecimento entre a maioria dos entrevistados. Acerca das distinções entre um produto orgânico e um alimento agroecológico, quatro agricultores não souberam diferenciá-los. No entanto, os demais souberam distinguir esses dois sistemas claramente, como é possível observar em um dos depoimentos: “Orgânico é o que tem substâncias naturais, agroecológico é uma linha de produção que envolve concepção de trabalho e vida” (D. Laura, informação verbal).

Também era nosso objetivo avaliar a percepção dos agricultores quanto ao preço praticado em relação aos seus produtos orgânicos. Apenas um entrevistado mencionou o fato dos orgânicos serem mais caros. Os demais afirmaram não haver diferença entre o preço de um gênero convencional em relação aos orgânicos.

Uma das questões chave da pesquisa era verificar qual a opinião dos agricultores familiares assentados quanto à constituição de um grupo de produtores orgânicos através de um Organismo de Controle Social, essas foram bem diversificadas.

Uma das maiores preocupações dos agricultores familiares assentados é o aumento das aplicações de agrotóxicos nas lavouras ao redor de seus lotes, prática que pode vir a prejudicar as lavouras cultivadas organicamente.

Os agricultores julgam necessário criar uma relação de confiança no grupo que pretende fazer parte da certificação participativa, agroecologia tem que ser princípio.

Os agricultores observam que a mão de obra é pouca, em sua maioria, apenas o casal e dois filhos, isso é um desafio a ser superado. Os agricultores se desafiam a dar início a produção orgânica. Pensam que a universidade tem que estar presente pela capacidade de buscar alternativas, a Coseargs (maior certificadora do RS), a Coperforte e Coptec, e a secretária de agricultura. Essas instituições podem ser suficientes para fazer dar certo, juntamente com a extensão rural. Também, mencionam a importância da universidade nesse processo, da necessidade de um intercâmbio e que foi muito importante o ingresso de muitos filhos de assentados na universidade.

Alguns entrevistados demonstraram estarem esperançosos e motivados com a possibilidade de construção de um processo de certificação participativo. Um dos relatos coletados expressa claramente esse sentimento: "Tem que fazer algo para mudar. O caminho não é fácil tanto na produção como na comercialização, tem que começar, tem que aproveitar, essa é a hora" (D. Laura e S. Vitor).

De outra parte, vários agricultores manifestaram preocupação com a transformação do sistema agrícola ao seu entorno. Alguns depoimentos demonstram a apreensão dos agricultores quanto ao significativo crescimento da produção de *commodities* como o milho e a soja transgênica nos assentamentos:

É difícil produzir orgânico pelo veneno que passam na volta. O veneno que passam na volta terminou com as mandiocas e as batatas orgânicas, passou o avião passando veneno, atingiu a propriedade terminou com tudo (D. Rose e S. Pedro).

Vai ser bastante difícil porque o avião passa em cima das casas passando o veneno, daria certo se diminuísse a produção de soja e milho transgênico (D. Eloá e S. Jorge).

Além das questões abordadas durante as entrevistas os agricultores relataram experiências passadas com a produção orgânica. D. Laura e S. Vitor já foram certificados pela Coceargs para a soja orgânica e à época, foram fiscalizados três vezes. Eles consideram que a experiência foi boa, porém, os custos eram altos mesmo sendo em pequena escala. O valor de venda da soja orgânica produzida pelos agricultores era 40% maior que o valor da soja convencional. Mesmo com o preço elevado da soja orgânica, os agricultores consideram que não "vale a pena" produzir em pequena escala. Também observaram que a assistência técnica não atendeu as necessidades demandadas por eles.

Os resultados obtidos nessa pesquisa vão ao encontro do referencial teórico apresentado, visto que através da caracterização da produção dos agricultores familiares assentados foi possível observar que embora não certificada, a produção orgânica está presente nos lotes, já que para Medeiros et al. (2000) um sistema orgânico de produção não é obtido apenas com a troca de insumos químicos por insumos orgânicos/biológicos/ecológicos, a produção requer também um compromisso do setor produtivo em contemplar a qualidade de vida do homem, o desenvolvimento econômico, a proteção do meio ambiente, a manutenção da biodiversidade e o uso eficiente dos recursos naturais não renováveis, realidade dentre os agricultores que produzem organicamente.

No que tange aos conhecimentos dos agricultores familiares, ainda que os resultados demonstrem que os mesmos não têm muitas informações de como acontece o processo de certificação através de um Organismo de Controle Social, há necessidade de divulgar que nessa forma de regularização, quem dá a

garantia da qualidade orgânica é o produtor, acompanhado de perto pela sociedade. A garantia se baseia na relação de confiança entre quem vende e quem compra. Os produtores devem permitir que seus consumidores visitem sua propriedade, para que possam verificar o que é produzido e de que forma. Também permitem a entrada dos órgãos de fiscalização, sempre que preciso (BRASIL, 2016).

Os agricultores necessitam de mais conscientização de que esse importante instrumento de política pública, os sistemas participativos de avaliação de conformidade da produção orgânica propiciam novos horizontes ao universo dos agricultores familiares, sendo capazes de imprimir uma nova dinâmica de desenvolvimento local, alicerçada, no que poderia ser denominado de “institucionalização da confiança” (BECKER; ANDERSSON; MEDEIROS, 2013).

Quadro 2 - Sistematização dos principais condicionantes identificados na pesquisa para a implantação de um OCS nos Assentamentos Rurais da região do Cerro dos Munhoz, em Santana do Livramento, RS.

Variável	Condicionante	Possibilidades
Assistência técnica	É insuficiente perante a demanda e os cuidados exigidos na produção e certificação orgânica	Firmar parcerias com a Universidade e buscar projetos junto a outros órgãos
Fatores ambientais	A manutenção da produção orgânica diante da grande produção de soja com aplicação constante de agrotóxicos	A partir da identificação e referenciamento das unidades produtivas vinculadas ao OCS, buscar salvaguardar esses locais dessa influência
Capacitação	Informações insuficientes dos Assentados quanto aos elementos que conformam um sistema orgânico de produção	Promover atividades de capacitação e troca de experiência com o OCS já estabelecido no município
Confiança	Estabelecimento de uma relação de confiança entre o grupo que fará parte da certificação	Realizar atividades coletivas que abordem e possibilitem o estreitamento dos laços de confiança entre os envolvidos
Infraestrutura	Necessidade de melhoramento da estrutura viária para escoar a produção	Reivindicar junto ao poder público essa melhoria, valendo-se do argumento da produção de alimentos saudáveis
Saber-fazer	Produção orgânica já é praticada pelos agricultores e há uma latente preocupação com a própria saúde e do ambiente no qual estão inseridos	Potencializar esses conhecimentos
Mediação social	Expressão de confiança nos mediadores sociais envolvidos no processo	Valer-se desse elemento para constituir um grupo consistente de pessoas e instituições para consolidar o processo do OCS.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Quanto às expectativas para a constituição de um Organismo de Controle Social, embora apreensivos quanto aos muitos desafios que se apresentarão ao longo do processo de transição para um sistema orgânico de produção, os agricultores se mostraram dispostos a dar início à produção, visto que estes possuem os conhecimentos empíricos e tradicionais necessários para esse modo de sistema agrário. Santilli (2009) afirma que os conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade incluem as práticas de cultivo, controle biológico de pragas e doenças, a seleção, o desenvolvimento e o melhoramento de variedades localmente adaptadas, a manutenção da fertilidade do solo etc. o que já é praticado pelos agricultores.

As famílias também observam que é de extrema importância que sejam geradas experiências em produção orgânica que avancem e sobressaiam sobre as que tiveram sucesso no passado, a fim de gerar confiança no sistema e entre os atores que fazem parte deste contexto agrário. Além, de passarem a se desenvolverem de modo holístico, com menos dependência da agricultura em grande escala e dos fatores econômicos.

O quadro 2, acima, apresenta a síntese das informações obtidas e analisadas durante o estudo. Alguns pontos que podemos destacar é a confiança nos mediadores sociais e o saber-fazer em relação à produção orgânica por parte dos agricultores. Por outro lado, o maior condicionante talvez esteja na ampliação do cultivo de soja no Assentamento, que traz efeitos diretos e indiretos sobre a produção orgânica. Uma consequência direta é a migração das famílias dedicadas aos policultivos (muitas vezes orgânicos) para a monocultura. Um efeito indireto é a contaminação ambiental do solo, do ar e da água, decorrente da aplicação de agrotóxicos na lavoura. Isso afeta diretamente o entorno e, portanto, as famílias que produzem de forma orgânica.

Ao pensarmos nesse contexto enquanto um processo de desenvolvimento, verificamos que Kageyama (2012) afirma que a agricultura em grande escala não prioriza a qualidade dos produtos que atenderão a população e sim apenas a quantidade e os valores monetários que serão gerados através da produção e na maioria das vezes vê o desenvolvimento apenas através da economia, porém, para a autora o desenvolvimento rural não é identificado com crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e dimensão ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que originou esse artigo teve por objetivo geral identificar os desafios e as possibilidades para a implantação de um Organismo de Controle Social (OCS) para certificação orgânica por um grupo de agricultores familiares assentados da reforma agrária, aspirando ao melhoramento nas condições de vida dos assentados. Buscou-se trazer a percepção dos agricultores sobre o tema bem como o posicionamento das equipes que prestam assistência às famílias assentadas e a universidade envolvida no processo de constituição da OCS.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os principais desafios para a implantação do OCS no grupo de agricultores familiares da reforma agrária estudado são (i) a manutenção da produção orgânica diante da grande produção de soja com aplicação constante de agrotóxicos; (ii) informações insuficientes quanto aos elementos que conformam um sistema orgânico de produção; (iii) estabelecimento de uma relação de confiança entre o grupo que fará parte da certificação; (iv) acompanhamento técnico aquém da necessidade durante a produção dos produtos orgânicos; (v) necessidade de melhoramento da estrutura viária para escoar a produção.

O elemento que mais chamou atenção foi a questão da confiança ser fundamental entre os participantes do OCS. A maioria dos agricultores entrevistados julga que a confiança entre o grupo pode ser um processo intrincado se as regras não estiverem bem definidas e fixadas para os membros da OCS. Porém,

nas entrevistas houve comparações com o processo de conquista da terra, onde a confiança estava intrínseca ao grupo, sendo esse um quesito que pode ser reavivado pelo OCS.

Por sua vez, as possibilidades identificadas foram: (i) produção orgânica já praticada pelos agricultores; (ii) a latente preocupação com a própria saúde e do ambiente no qual estão inseridos; (iii) a confiança depositada nos mediadores sociais envolvidos no projeto. O aspecto que se destaca é o papel dos mediadores sociais que atuarão junto aos agricultores do OCS. Foram levantadas questões como a pouca atuação dos técnicos nos assentamentos o que gera uma apreensão por parte dos agricultores, haja vista que a produção orgânica exige maior acompanhamento que a convencional. Os agricultores também veem a universidade como uma instituição fundamental para desenvolver técnicas adequadas para um sistema orgânico de produção, além de estimular o convívio e desenvolvimento social e aperfeiçoar os aspectos inerentes a esse sistema produtivo.

Assim sendo, concluímos que há ainda algumas etapas a serem superadas para a efetivação do OCS, mas que existem elementos suficientes para a concretização desse processo. Acreditamos que o processo ora em curso terá seguimento, sendo inclusive um importante instrumento para fazer frente ao modelo agrícola agroquímico que tanto ganhou terreno nos anos recentes dentro dos assentamentos rurais estudados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. V. **Uso da terra, técnica e territorialidade:** Os assentamentos de Santana do Livramento/RS. Dissertação (Mestre em geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ANGUERA, M. T. **Metodología de la observación en las Ciencias Humanas.** Madrid: Cátedra. 1985, 122p.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; HIRAI, W. G. Mercantilização da agricultura e insegurança alimentar no sul do Brasil. In: XLVI CONGRESSO DA SOBER. **Anais (cd room)**... Rio Branco, 2008.

BECKER, C.; ANDERSSON, F. S.; MEDEIROS, P. M. Inovação e controle social na produção e comercialização de alimentos ecológicos: institucionalizando a confiança? **Revista Agriculturas** (Impresso), v. 10, p.18-21, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/controle-social-rpo>. Acesso em: 23 de jul. de 2016.

COELHO, A. M. **Produtos orgânicos como segmento de mercado:** análise do cenário e contribuições para sua expansão como negócio sustentável, 2010. 191f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisas Ecológicas. Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade. Nazaré Paulista.

CALDAS, N. V. **Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos nos contextos da agricultura familiar brasileira e espanhola.** 2011. 208f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

Ceasa vende alimentos com agrotóxico proibido, inadequado ou acima do permitido. **Zero Hora**, 05 de dez. de 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/gdi/noticia/2016/12/ceasa-vende-alimentos-com-agrotoxico-proibido-inadequado-ou-acima-do-permitido-8614068.html>>.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se:** (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007). **288p.** Tese (Doutorado em geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

CÓRDOVA, F. P.; SILVEIRA, D. T. A pesquisa Científica. In: **Métodos de pesquisa**. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). UFRGS. 1º Ed. Porto Alegre, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS (IFOAM). IFOAM Online Global PGS Database. Disponível em: <http://www.organicnet.com.br/2013/04/ifoam-organicos-em-pleno-crescimento/>. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicação no caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

MAESTRINI, M. **O cativo, o gaúcho e o peão: Considerações sobre a fazenda pastoril Rio-grandense (1680-1964)**. Passo Fundo: Editora UPF, 2008.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F. A. C. **Produção Orgânica: Regulamentação Nacional e Internacional**. NEAD, Brasília, 2005.

MEDEIROS, C. A. B. *et al.* **Agricultura Orgânica: instrumento para a sustentabilidade dos sistemas de produção e valoração de produtos agropecuário**. Documento nº 122. Seropédica – RJ : Embrapa Agrobiologia, 2000.

Mercado de orgânicos cresce em dobro no Brasil. Organicsnet, 2016. <http://www.organicnet.com.br/2016/01/mercado-de-organicos-cresce-o-dobro-no-brasil/>

MOREIRA, J. G.; Produção familiar de alimentos orgânicos como meio para o desenvolvimento rural sustentável: Os assentamentos rurais de Santana do Livramento (RS). In: III Jornada da Questão Agrária e Desenvolvimento: Os sujeitos na soberania alimentar, 2015, Curitiba. **Anais da III Jornada da Questão Agrária e Desenvolvimento**, 2015.

RADOMSKY, G. F. W. **Certificação Participativa e Regimes de Propriedade intelectual**. 2010. Tese (Doutor em antropologia social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SUERTEGARAY, D. M. A; SILVA, L. A. P. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. **In: Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. PILLAR, Valério De Patta; MÜLLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES; Aino Victor Ávila (org.). Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2009.